

Um espelho, duas imagens: o intelectual e o monarca

Este Imperador é um homem de ciências.

Pasteur

Este menino [referindo-se ao imperador D. Pedro II] é o único entre os brasileiros que liga o presente ao passado e, pertencendo inteiramente a sua pátria, poderá, contudo, formar um laço feliz entre ela e o Velho Mundo.

Augusto de Saint-Hilaire

No trilhar desse trabalho, busquei incessantemente achar um estudo de caráter histórico-sociológico que me permitisse inserir de forma coerente, de acordo com as minhas convicções, Pedro de Alcântara no Brasil da segunda metade do século XIX, já que se tratando do âmbito internacional, sobretudo europeu, não possuía dúvidas que estava estudando um intelectual no mais clássico espírito dos iluministas setecentistas e oitocentistas (abordaremos essa questão no capítulo seguinte). Foi no estudo da também mestre pela PUC-Rio Patrícia Lavelle, cuja dissertação foi publicada, e é intitulada *O espelho distorcido - imagens do indivíduo no Brasil oitocentista*¹, que encontrei o viés condutor da narrativa que introduz esse capítulo, pois seu estudo se encontra calcado na reflexão sobre a constituição sociológica do indivíduo moderno na sociedade brasileira do século XIX.

O estudo de Lavelle, parte essencialmente da convergência-divergência entre a tese de Gilberto Freyre (sobretudo na obra *Sobrados e Mocambos*) e de Sérgio Buarque de Holanda (destaque para *Raízes do Brasil*), como pontua Costa Lima no prefácio do livro da autora em questão. Lavelle toma como ponto de partida o questionamento sobre o resultado cultural da representação do sentimento de individualidade no Brasil do século XIX, resultante das transformações decorrentes da mistura do caráter personalista de cunho ibérico,

¹ LAVELLE, P., *O espelho distorcido - imagens do indivíduo no Brasil oitocentista*.

que caracterizou a sociedade colonial (ou dos valores tradicionais de *cordialidade*, segundo a leitura de Sérgio Buarque de Holanda), com a concepção burguesa européia oitocentista de interioridade, que começou a penetrar no Brasil por essa época. Ao refletir sobre essa questão, Lavelle toma como material empírico, fotos brasileiras datadas desde 1850 até a primeira década do século XX.

Ao contrário da tese de integração harmônica dos novos valores aos antigos proposta por Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*, Sérgio Buarque anuncia o conflito entre essa percepção personalista dos indivíduos - cuja indistinção entre o público e o privado coincide com uma lógica que põe em relevo o núcleo familiar - com as necessidades de um tipo de socialização decorrente do desenvolvimento urbano, que se traduziria no conflito entre os jovens bacharéis, formados nas cidades, e suas famílias. (...) Para abordar essa questão, sem cair em simplificações que tenderiam a eliminar as diferenças regionais importantes nem, ao contrário, me perder na heterogeneidade de um país continente, (...) enfocarei uma parte significativa dele, o Rio de Janeiro. Nessa cidade o Estado desempenha, desde a chegada de D. João VI, um papel ativo. Capital do Reino Unido e mais tarde do Império, o Rio de Janeiro torna-se cedo um espaço aberto às idéias e modas européias. Por isso mesmo, e sobretudo sob D. Pedro II, é uma cidade onde as transformações na estrutura de poder patriarcal se aceleram.²

Dessa forma, a autora aponta para uma **dupla concepção de individualidade** na constituição da subjetividade e, conseqüentemente, do comportamento social do brasileiro (mais especificamente do habitante da Corte) nas décadas que preencheram o século XIX. Essa dupla concepção de individualidade esteve calcada, por um lado, na importação de novos hábitos e idéias do Velho Continente que começaram a ser intensamente introjetados no Brasil com a vinda da corte portuguesa em 1808, e foram acentuados com a enxurrada de jovens bacharéis, que incorporavam e expressavam comportamentalmente nuances do individualismo burguês, típico dos grandes centros difusores de valores e modas europeus. Este prisma cosmopolita e universal presente na mentalidade dos ilustrados cariocas é justificado, em parte, pelo tipo de educação e formação acadêmica que os jovens brasileiros estavam recebendo desde a primeira metade do século XVIII. Antes mesmo da criação de universidades no Brasil, os ricos aristocratas enviavam seus filhos às grandes

² LAVELLE, P., *O espelho distorcido - imagens do indivíduo no Brasil oitocentista.*, p. 44.

universidades européias como a de Coimbra, Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo, o que proporcionava a esses jovens um contato direto com as idéias que fervilhavam na Europa, idéias estas que introduziram no Brasil.³

O sentimento de identidade individual não surge na Europa oitocentista por acaso. É produto de um longo trilhar que se inicia no Renascimento, a partir da construção de um novo tipo de relacionamento que o homem passa a estabelecer com a natureza, que se alia à retomada do paradigma clássico greco-romano que recoloca as ações mundanas no centro dos questionamentos humanos. Esse processo se intensifica extraordinariamente com o movimento iluminista, que elege a razão humana - capacidade de criação e autonomização da nossa espécie - a entidade máxima do despertar de todas as potencialidades individuais, potencialidades estas que aliadas à metodologia científica seriam capazes de produzir progressos tecnológicos e artísticos que conduziriam as sociedades à plena felicidade. Essas transformações que pontuo, tratam-se de revoluções no campo das idéias, pois suas implicações práticas geraram, dentre outros fenômenos, a Revolução Industrial que mobilizando grandes contingentes humanos para as cidades, provocou outros modos de socialização decorrentes do desenvolvimento urbano.

Por toda a parte, em diferentes gradações conforme o meio e o lugar, opera-se um forte aflorar do indivíduo nas idéias e nos costumes. (...) as pessoas insurgem-se cada vez mais contra as disciplinas das coletividades e as servidões familiares, expondo sua necessidade de um tempo e um espaço para si.⁴

Por outro lado, esse *modus vivente* vanguardista⁵ europeu se esbarrou com uma outra mentalidade, construída por meio de relações de sociabilidade configuradas desde a época colonial, e que se caracterizaram pelo oposto dos valores sociais e culturais tão em voga nos grandes centros cosmopolitas da mesma época. Esses novos valores associados ao individualismo burguês, como afirma Patrícia Lavelle, foram transformados a partir do contato direto com “o

³ DIAS, M. O., *Aspectos da ilustração no Brasil*, p. 107.

⁴ PERRO, *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, p. 146.

⁵ O termo vanguarda será empregado neste trabalho em seu *strictu senso*: “qualidade do que está adiante”.

antigo ideal personalista, de raízes ibéricas, sobre o qual insiste Buarque de Holanda”.

Numa sociedade semipatriarcal como era a brasileira, o individualismo contemporâneo encontra várias dificuldades para penetrar nos sentimentos e nas ações dos sujeitos, em função das enormes distâncias sociais que tradicionalmente separam o negro do branco, a mulher do homem e o menino do adulto (...).⁶

O “antigo ideal personalista de raízes ibéricas”, o qual se refere Lavelle, forneceu as bases constitutivas de um “tipo social” essencialmente brasileiro, cunhado por Sérgio Buarque de Holanda de o **homem cordial**. Ou seja, a construção de um quadro explicativo deste “tipo” social que se configurou a partir de um conjunto de “heranças culturais”, dentre elas as de raízes ibéricas, fez com que o autor remetesse sua análise aos primórdios da constituição da cultura moderna - renascentista - portuguesa, a fim de buscar os elementos que configuraram e tornaram peculiar o universo de expectativas que fizeram parte da constituição sociocultural dos colonizadores portugueses que vieram para o Brasil. O conceito de herança cultural é extremamente significativo na análise de Sérgio Buarque de Holanda, pois, não se refere estritamente as características tradicionais da cultura portuguesa exportadas para o Novo Mundo, e sim a adequação às práticas sociais, políticas e culturais que sofreram no Brasil, frente a um meio que viria a ser fundado na vida rural, dominado pela grande propriedade. Essa confluência de tradições estabeleceu os modelos de sociabilidade que implicaram na estruturação do perfil do **homem cordial**. Vejamos como Sérgio Buarque de Holanda define o conceito por ele desenvolvido:

(...) a palavra ‘cordial’ há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico, se não tivesse sido contrariamente interpretada em obra recente de autoria do sr. Cassiano Ricardo onde se fala no **homem cordial** dos aperitivos e das ‘cordiais saudações’, ‘que são fechos de cartas tanto amáveis como agressivas’, e se antepõe à cordialidade assim entendida o ‘capital sentimento’ dos brasileiros, que será a bondade e até mesmo certa ‘técnica da bondade’, ‘uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora’.

⁶ LAVELLE, P., *O espelho distorcido - imagens do indivíduo no Brasil oitocentista.*, p. 40.

Foi este esclarecimento e para melhor frisar a diferença, em verdade fundamental, entre as idéias sustentadas na referida obra e as sugestões que propõe o presente trabalho, cabe dizer que, pela expressão ‘cordialidade’, se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos étnicos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar em ‘bondade’ ou em ‘homem bom’. Cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro lado, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concordia*. A inimizade bem pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Pertencem, efetivamente, para recorrer a termo consagrado pela moderna sociologia, ao domínio dos ‘grupos primários’, cuja unidade, segundo observa o próprio elaborador do conceito, ‘não é somente de harmonia e amor’.⁷

E foram, por meio destas relações de *cordialidade*, tecidas as relações sociais que traçaram o perfil psicossociológico do homem brasileiro no período colonial, prolongando para a esfera da vida pública as manifestações dos laços afetivos cultivados na esfera privada.

Referimo-nos, dessa forma, à herança cultural colonial, tal qual interpretada por Sérgio Buarque de Holanda e relida por Patrícia Lavelle, que mesmo deixando marcas na história do Brasil - ainda tão longe de serem superadas -, sofreu o seu primeiro grande abalo com a chegada de novas perspectivas ideológicas e experiências de vivência social cultivadas, principalmente, pelas grandes vitrines cosmopolitas do mundo ocidental: Inglaterra e França.

Entretanto, Lavelle acredita que a importação de hábitos e costumes do “mundo civilizado”, externada na juventude carioca por meio de hábitos de sociabilidade elegantes, não representou nada além de um “verniz burguês”, negação da sociedade colonial, e, nesse sentido, surgiu como rejeição aos hábitos atrasados da casa patriarcal⁸. Dessa forma, os ideais românticos e positivistas cultivados por essa juventude, podem ser representados, em parte, como uma reação de fuga da realidade dos jovens “europeizados” em contato com as práticas da sociedade semipatriarcal a qual pertenceram. Discutiremos um pouco mais essa questão, no capítulo que se segue.

⁷ HOLLANDA, S. B., *Raízes do Brasil*, p. 146 (trecho referente à nota de pé de página número 6).

⁸ LAVELLE, P., *O espelho distorcido - imagens do indivíduo no Brasil oitocentista*, p. 58.

É nesse cenário do entrecruzamento de duas distintas tradições, que emerge o **indivíduo moderno** Pedro de Alcântara. Pedro de Alcântara se configura como um verdadeiro fenômeno no meio social brasileiro oitocentista e, como diria Gilberto Freyre⁹, se torna uma figura mais polêmica que os jovens expoentes da elite bacharelesca, que progressivamente autonomizavam-se da tradição representada e incorporada por seus pais e sogros, uma vez que Pedro de Alcântara, sendo o imperador de uma recente nação, deveria, minimamente, se auto-representar como sendo o *pater familias mor* dos brasileiros, representação esta que melhor espelharia a lógica social de seu país.

Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar da coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de cartola preta aos olhos do seu povo, desejoso de um governo não só paternal como majestoso. (...) No meio de tudo isso, (...) o imperador com vergonha do papo de tucano, que afinal cai no ridículo. O imperador a sair do palácio, a tirar o retrato e a governar o Brasil de cartola burguesa. O imperador a exceder-se em formas cenográficas de liberalismo postiço.¹⁰

Não devemos perder de vista que, é no embalo cultural das profundas transformações nas relações sociais que ocorrem na Europa dos oitocentos, onde os limites entre a esfera pública e privada se redefinem¹¹, que emerge o indivíduo moderno, cuja percepção de interioridade e a necessidade de privacidade e intimidade tornam-se cada mais evidentes. É nesse recuo para um **eu** que singularize as experiências individuais frente a uma sociedade cada vez mais urbana e massificada que o **corpo** se torna um canal que une as fronteiras, a delimitação entre a personalidade e o comportamento: “é na aparência do sujeito - em suas roupas, gestos, e no próprio corpo - que esse eu exterior se expressa socialmente”¹², pois, “estabelece o vínculo entre o interior e o exterior do sujeito, possibilitando os contatos sociais ao mesmo tempo em que preserva a singularidade individual”¹³,

⁹ FREIRE, G., *Dom Pedro II, imperador cinzento em terra de sol tropical. In: Perfil de Euclides e outros perfis.*

¹⁰ Ibid., p. 122.

¹¹ FERRO, *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, p. 146.

¹² LAVELLE, P., *O espelho distorcido - imagens do indivíduo no Brasil oitocentista*, p. 58.

¹³ Ibid.

A individualização pela expressão é uma socialização do indivíduo que supõe mímicas, olhares, gestos, atitudes e posturas voltados para o exterior que provém, ao mesmo tempo, do mais profundo do sujeito; obedecendo a códigos e constrangimentos regidos por convenções por um lado e significando, por outro, a inefabilidade singular de uma interioridade.¹⁴

Assim, Pedro de Alcântara insere-se em um momento histórico-cultural, redefinindo sua imagem pública como monarca, ao buscar conciliar a uma outra imagem que externalize a sua vocação intelectual expressa na forma do intelectual cosmopolita moderno.

Vestido quase sempre de negro, calças brancas ou pretas, gravata escura, sem dar a mão a ninguém em público, como mandava o protocolo; tendo eliminado o beija-mão por considerá-lo obsoleto, o imperador começava a ser mal compreendido. Nas visitas que fazia às províncias, D. Pedro II se irritava e desaprovava os grandes rituais: ‘Consta que S. M. mandou remeter às presidências toda a economia de seu recebimento, pois evitava o aparato oficial e as despesas particulares (...) A população estava ansiosa de ver o seu Monarca e sua augusta consorte, e esperava-os com satisfação. Nunca se viu na Bahia tanto povo nas ruas’.¹⁵

Eis que surgem tantos “D. Pedros” ou tantos “Pedros de Alcântara”. O “monarca-cidadão”, o “Imperador cinzento”, “O Rei Taciturno”, “o Rei filósofo”, e até o “Pedro Banana” e o “Pedro da Mala”, que não são nem imperadores, nem intelectuais, mas refletem essa inquietação dos pensadores brasileiros e estrangeiros frente ao posicionamento social, **consciente** e **coerentemente** representado por Pedro de Alcântara frente ao movimento mais amplo que foi a Modernidade. A ruptura causada por nossa personagem com uma imagética, como diz Freyre “majestosa”, ou ao menos “patriarcalista”, em prol de uma rendição às “formas cenográficas de um liberalismo postiço”, são reflexo da construção de uma outra imagética, baseada na busca de uma autonomização e legitimação de seu exercício intelectual, questão que leva ao choque entre dois diferentes tipos de representação pública: a do **intelectual moderno** Pedro de Alcântara e a do **monarca** D. Pedro II.

¹⁴ COUTINE, H. C., *Histoire du visage - exprimer et taire ses emotions (du XVI siecle au début du XIX siecle*. Apud, ibid, p. 39.

¹⁵ SCHWARCZ, L. M., *As barbas do Imperador*, p. 321.

Um instante de atenção! O imperador do Brasil, quando esteve entre nós (e mesmo fora de nós), era alternadamente e contraditoriamente - Pedro de Alcântara e D. Pedro II. Logo que as recepções, os hinos, os banquetes se produziam para glorificar D. Pedro - ele apressava-se a declarar que era apenas Pedro de Alcântara. Quando os horários dos caminhos de ferro, os regulamentos de bibliotecas, ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar de Pedro de Alcântara - ele passava a mostrar que era D. Pedro II.¹⁶

O trecho acima foi mencionado por Eça de Queirós em sua obra *Farpas*, onde Pedro de Alcântara é cunhado pelo autor de “Pedro da Mala”, em menção à valise de couro escuro indispensada pelo intelectual em suas viagens, e indispensada também pelos caricaturistas dos jornais da época, que a faziam quase como um prolongamento natural do corpo de Pedro de Alcântara. A riqueza desse trecho se encontra justamente na forma pela qual o autor, ironicamente, expressa essa problemática entre os dois modos de representação social projetados pelo nosso personagem: o político, que inquestionavelmente teve que atuar, ainda que em muitas situações se posicionou à revelia de rituais e protocolos; e o intelectual, imagem que construiu sólida e desbravadamente ao longo dos anos de sua existência.

Outro exemplo que espelha bem essa situação, se encontra presente no livro *Exílio e Morte do Imperador* da pesquisadora e biógrafa Lídia Besouchet¹⁷, onde é mencionada uma anedota contada por Heitor Lyra sobre Pedro de Alcântara, anedota esta que se refere a uma das passagens do intelectual pela Alemanha. Heitor Lyra relata que ao preencher a ficha de identificação nos hotéis, Pedro de Alcântara assinava apenas o nome Pedro de Alcântara, e ficava embaraçado na hora de responder a parte que cabia a profissão. Sem opção, inevitavelmente, assinalava: Imperador do Brasil. E parece, como evidenciam outras fontes documentais, que esse hábito era verídico e corriqueiro em suas viagens pelo mundo.

É por meio do confronto direto e intercâmbio necessário que suas duas imagens públicas se entrecruzam. O imperador proporciona ao homem das letras e

¹⁶ Eça de Queiroz, em sua obra *Farpas*. Apud, SCHWARCZ, L. M., *As barbas do Imperador*, p. 321.

¹⁷ BESOUCHET, L., *Exílio e Morte do imperador*.

das ciências brasileiro o acesso aos mais altos círculos intelectuais europeus. Por outro lado, os deveres protocolares, políticos e diplomáticos do imperador ocupavam demais o intelectual, deixando-o sem tempo para deleitar-se com o conhecimento. Assim, o monarca e o intelectual servem-se e confrontam-se mutuamente.

Mas, é importante ressaltar que, apesar de constituírem faces contraditórias e integrantes de um “ser social”, o intelectual e o monarca possuem contornos próprios, que podem e devem, ao meu ver, ser analisados distintamente. Por isso, optei designar o personagem desse estudo por Pedro de Alcântara, não como associação direta a *persona* intelectual, mas como referência ao homem, ao indivíduo moderno. O título D. Pedro II não precede ao homem (ainda que a realeza esteja assentada em tais pressupostos), pelo menos nesse contexto social e histórico a partir do qual Pedro de Alcântara está sendo estudado, assim como o exercício intelectual de Pedro de Alcântara não pode ser encarado como um prolongamento despretensioso de um gosto privado. Ambas as *personas* ocupam um lugar distinto na vida de Pedro de Alcântara.

Enfim, é isso que me agonia principalmente, o homem não pode deixar de ser confundido com o imperador e serei acusado de egoísmo quando para viver feliz não precisarei senão do gozo da minha liberdade que sacrificarei enquanto for útil ...¹⁸

A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, em sua obra *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*¹⁹, tece sua argumentação a partir da reflexão sobre as formas de construção simbólica da figura pública de Pedro de Alcântara como **imperador** e, conseqüentemente, atenta para o conjunto de representações simbólicas que objetivaram legitimar o poder monárquico no Brasil, elaborados pelos artífices que conduziram a política Imperial. “Títulos, cortejos, procissões, manuais de civilidade, pinturas, história e poesia fizeram parte da construção desse processo que por meio de memória e

¹⁸ Pedro de Alcântara em uma carta dirigida a sua mais famosa confidente a Condessa de Barral em SCHWARCZ, L. M., *As barbas do Imperador*, p. 383.

¹⁹ Ibid.

de monumentalidade procurava ganhar espaços na representação nacional”²⁰. Schwarcz, dessa forma, privilegia a dimensão simbólica da construção e da perpetuação da memória do Segundo Reinado, que se faz presente no imaginário de seu povo até os dias de hoje.

Seguindo o exemplo passado de Luís XIV, o monarca formava a sua corte ao mesmo tempo em que elegia historiadores para cuidar da memória, pintores para guardar e enaltecer a nacionalidade, literatos para imprimir tipos que a simbolizassem. Em uma situação de consolidação do projeto monárquico, a criação de uma determinada memória passa a ser uma questão quase estratégica.²¹

Entretanto, segundo a autora, não se pode atribuir o sucesso da construção de uma política cultural, em que Pedro de Alcântara foi o principal pivô, e que teve por objetivo “assegurar a realeza”, “reconhecer uma cultura”, “destacar uma memória” e “criar uma identidade nacional”, somente à genialidade de seus idealizadores. O fato de *D. Pedro II* tornar-se “mito” na história brasileira deve-se também, em grande parte, ao modo pelo qual essa nova cultura foi recebida, aceita e transformada pelo povo brasileiro.

Em outras palavras, pode-se dizer que a eficácia da política cultural imperial, não deve ser reduzida ao bom empenho de seus agentes promotores, ignorando as possibilidades de releitura pelo povo da transmissão desses símbolos, dinâmica esta característica de qualquer processo de comunicação. Dessa forma, segundo Schwarcz, tanto o imaginário popular se nutre da realeza europeizada, como a realeza se investe de símbolos da cultura local²². E é nesse âmbito de “circulação de idéias”²³ que surge o mito *D. Pedro II*, incrivelmente perpetuado vivo na cultura popular brasileira.

É nesse sentido que se procurou indagar mais acerca da memória produzida sobre d. Pedro do que exclusivamente acerca de sua história, tão desvendada por uma

²⁰ SCHWARCZ, L. M., *As barbas do Imperador*, p.38.

²¹ *Ibid.*, p. 128.

²² *Ibid.*, p. 520.

²³ “É desse relacionamento circular elaborado de influências recíprocas, de cima para baixo, bem como de baixo para cima, que se faz à cultura. Nesse sentido, não basta imaginar apenas uma recepção cultural passiva por parte dos grupos populares e nem mesmo um estranhamento absoluto da cultura oficial. A cultura é dinâmica na medida em que está sempre em movimento, alimentada por um jogo contínuo”. *Ibid.*, p. 31.

série de biografias, mais ou menos laudatórias. Conforme diz o historiador Roberto Darnton, trata-se de fazer “novas perguntas para velhos temas e questões”. De outra forma, como explicar que um monarca como esse tenha ficado na lembrança de maneira tão recorrente: um ancião de barbas brancas? Como entender que a memória histórica oficial tenha destacado as amantes do pai de d. Pedro II mas não as suas próprias? **De que modo é possível interpretar o fato de um imperador de atitudes tão dissimuladas passar para a história apenas como um sábio e curioso mecenas?** Talvez a resposta esteja menos na “história” de d. Pedro - na comprovação documental e biográfica - e mais presa à sua memória, e à reelaboração de determinadas imagens em detrimento de outras. Trata-se de uma memória que dependeu de algumas lembranças e diversos esquecimentos. Como afirma Paula Montero, o que interessa muitas vezes é “a própria memória, e não a sua contribuição para a História”. Na verdade, parte-se da história em direção ao mito, privilegiando a forma como a memória se apropria da história para neutralizá-la, ou torná-la, ela própria, um mito.²⁴ (grifos meus)

Ao contrário da tese da autora, e de acordo com a sua percepção do que seja memória e história, a presente dissertação se atém à história. A memória, como aludi em diversas passagens textuais que introduzem esse trabalho, não apenas foi produto de uma interação cultural de uma política de estado com o povo brasileiro que vivenciou a *Era D. Pedro II*, mas também foi reconfigurada pelas instituições políticas e acadêmicas que a sucederam. Portanto, a figura histórica fica desfocada, descontextualizada, pois tais abordagens não dialogam necessariamente com o panorama político, social e mental que foi o pano-de-fundo da vida de Pedro de Alcântara. E quanto às biografias “mais ou menos laudatórias”, introduzem-nos a uma reflexão, e não necessariamente nos coloca na posição de passíveis receptores, efeito a elas atribuído por quase reviverem o gênero dos “anais medievais”. Provoca-nos, ao meu ver, reflexões sobre essa personalidade tão expressiva - a medida em que nos fornecem os elementos de diversas naturezas factuais - que foi Pedro de Alcântara, devidamente ambientado, social e culturalmente, no Brasil do século XIX.

Outra questão que se coloca em relação à obra de Schwarcz, trata-se do termo **monarca-cidadão** desenvolvido pela autora. Em primeiro lugar, interpretemos o termo a partir do grifo da passagem textual citada acima. O adjetivo **dissimulado**, utilizado por Lilia Schwarcz para qualificar essa

²⁴ SCHWARCZ, L. M., *As barbas do Imperador*, p. 520.

terminologia, que parece encerrar uma profunda contradição, assume a seguinte significação no dicionário *Aurélio*:

1. Encoberto, disfarçado. **2.** Que tem por hábito dissimular; simulado. E o verbo **dissimular**, do qual deriva o adjetivo, tem por significado: **1.** Ocultar ou encobrir com astúcia. **2.** Não dar a perceber, calando ou simulando. **3.** Não revelar seus sentimentos ou designios.

Sendo assim, a autora sugere em sua tese que toda e qualquer forma de atuação pública de Pedro de Alcântara foi um ato de afirmação política, estendendo-se, desta forma a sua performance corporal, expressa, por exemplo, em sua indumentária representada pela cartola, pela valise e pelo jaquetão negros. Essa “sobriedade burguesa” em detrimento ao aparato “majestoso”, como Gilberto Freyre desejaria que fosse, dissimulava, segundo Schwarcz, o temor de Pedro de Alcântara frente ao progressivo aumento de ideologias opositoras, que ganhavam espaço nos ambientes intelectuais brasileiros, como os republicanistas e abolicionistas, e frente ao fortalecimento do exército brasileiro após a Guerra do Paraguai.

Então, de acordo com a lógica discursiva da autora, “D. Pedro II”, para dissimular uma superficial liberalidade - frente a uma ordem autoritária, calçada pelo poder moderador, e assentada na *plantation* - veste-se, literalmente, de liberal, **teatralizando** para o seu povo, e principalmente para as intelectualidades brasileira e europeia, um modelo de sociedade que não condizia com a realidade²⁵. Cumpria, então, por meio de sua imagem pública, a incorporação desse “suposto” império liberal. Desta forma, o gosto de Pedro de Alcântara pela cultura científica e artística estava longe de ser apenas uma despreziosa vocação, já que se encontrava subordinado a um jogo maior que consistia na legitimação do poder monárquico.

Sendo assim, a palavra **cidadão**, para Schwarcz, não denotaria um conjunto de valores associados ao liberalismo político, econômico, social e cultural nos moldes europeus, tratava-se apenas de uma “máscara” utilizada por

²⁵ Schwarcz acusa Pedro de Alcântara de dissimular o poder que realmente dispunha, usando, algumas vezes, o Poder Moderador, que era de sua exclusiva competência, para destruir ministérios e dissolver a câmara. SCHWARCZ, L. M., *As barbas do Imperador*, p. 323.

Pedro de Alcântara para dissimular uma realidade que não existia, transformando, assim, seus atos, em uma exaustiva representação teatral que parecia sobrepor-se à sua própria vida.²⁶

Aproveitando-se do gancho oferecido pela discussão anterior, será retomada agora uma questão que se colocou no início do capítulo, e que nada menos se trata de uma das bases dentre as quais se constrói a argumentação deste trabalho. Tal questão se traduz na discussão sobre as abordagens teóricas que analisam as contradições presentes entre o discurso modernizador europeu - apropriado no Brasil por intelectuais do século XIX - e a realidade escravista e agrária sobre a qual se assentava a vida social brasileira. A primeira leitura sobre esse universo de contradições, esta baseada na defesa da existência de uma incompatibilidade entre a sociedade colonial e a modernidade européia, que se funda na própria natureza dispare entre ambos os contextos.

Cada um a seu modo, estes autores²⁷ refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu. Envergonhando a uns, irritando a outros, que insistem na sua hipocrisia, estas idéias - em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil - são referências para todos. Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da européia*. É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologias na Europa também; mas lá correspondiam as aparências, encobrendo o essencial - a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas, num sentido diverso, por assim dizer, **original**. (...) Que valem, nestas circunstâncias, as grandes abstrações burguesas que usávamos tanto? (...) Essa impropriedade de nosso pensamento, que não é acaso, como se vira, foi de fato uma presença assídua, atravessando e desequilibrando, até no detalhe, a vida ideológica do Segundo Reinado. Frequentemente inflada, ou rasteira, ridícula ou crua, e só raramente justa no tom, a prosa literária do tempo é uma das muitas testemunhas disso.²⁸ (Grifo em negrito meu, em itálico do autor).

São bem recorrentes os símbolos e interpretações que nos levam a pensar sobre esse tipo de análise da sociedade brasileira dos oitocentos: o “monarca

²⁶ Faz-se importante ressaltar que, “Havia uma certa secularidade cultural na compreensão da monarquia brasileira, um toma-lá-da-cá que não se limitava a uma suposta intenção maquiavélica desse monarca, a qual pouco importa avaliar.” Ibid, p. 519.

²⁷ O autor se refere aos intelectuais Joaquim Nabuco e Machado de Assis.

²⁸ SCHWARTZ, R., *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, p. 13-14.

cinzento em terra de sol tropical” de Gilberto Freyre figura dentre tantas delas, e traduz tão bem essa discussão. A incompatibilidade entre o “monarca-burguês” traduzida pela metáfora do cinzento em associação a uma certa sobriedade protestante aliada também à uniformidade dos padrões sociais racionalizadores de mundo sugeridos pelo discurso europeu dominante *versus* uma suposta “tropicalidade” relacionada às formas de sociabilidades herdadas do período colonial, geram a impossibilidade de qualquer interpretação dialética entre essas duas naturezas de tradições. Vejamos exemplos que bem traduzem essa relação dicotômica:

Segundo os relatos, (...) D. Pedro era a encarnação de um monarca europeu sacralizado e afastado da mundanidade. Com o tipo Habsburgo D. Pedro destacava-se em meio a população composta em boa parte de mestiços e mulatos, e, nesse contexto, ganhou destaque.²⁹

O jovem monarca soberano nas pinturas, mais se assemelha a um monarca europeu, uma réplica dos modelos do Velho Mundo, não fossem os adereços próprios da Casa Imperial Brasileira.³⁰

Eis o que falta à paisagem política do Brasil de Pedro II: a coexistência de definidas energias divergentes, combatendo-se em igualdade de forças, como irmãos separados, sob o poder monárquico, sob a autoridade patriarcal, sob a figura paternal de um imperador mais do Divino que da Constituição, mais brasileiro do que imitação do rei inglês, mais telúrico do que posição, mais de papo de tucano do que de sobrecasaca príncipe Alberto.³¹

Eis que faltou à política no império brasileiro e muito por falta do monarca (...) uma ortodoxia brasileira mais forte contra um liberalismo europeu que sem contrapeso tornou-se absorvente e afinal, exclusivo, através da revolta de filhos contra pais em que dom Pedro II tomou ostensivamente o lado dos filhos, deixando o povo brasileiro politicamente sem pais. Só com um imperador à inglesa: semelhante a uma governante inglesa. Só com uma mãezinha magra e coxa vindo da Itália: a chamada Mãe dos Brasileiros.³²

Alguns apontamentos de Nestor García Canclini³³ acerca das formações culturais latino-americanas podem nos ser úteis na análise do teor

²⁹ SCHWARCZ, L. M., *As barbas do Imperador*, p. 86.

³⁰ *Ibid.*, p. 92.

³¹ FREIRE, G., *Dom Pedro II, imperador cinzento em terra de sol tropical*. In: *Perfil de Euclides e outro perfis*, p. 128.

³² *Ibid.*

³³ CANCLINI, N. G., *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*.

desse deslocamento, ou seja, do deslocamento de uma concepção de modernidade que está profundamente atrelada ao espaço em que se produziu, e portanto não pode ser apropriada por agentes sociais atuantes em outros espaços ou em outras temporalidades. Portanto, sua abordagem torna-se nossa segunda via de interpretação. O autor põe em questão a crença na dicotomia absoluta entre as sociabilidades tradicionais, como, por exemplo a *cordialidade* no Brasil, segundo as interpretações de Sergio Buarque, e os princípios da modernidade histórica, tal qual os modelos de democracia e liberalismo configurados pelos europeus. Canclini, reconhece nos processos de formação das nações latino-americanas o desenvolvimento de uma espécie de “modernidade periférica”, levando em consideração o fato das desarmonias aqui atuantes terem sido fundadas pela empresa da colonização e articuladas como parte de um sistema contraditório por definição.

As divergências entre os Estados latino-americanos e suas formas sociais e cultura política são destacadas pelos que entendem modernização como vigência absoluta de uma organização racionalista das sociedades, que nesse estudo se traduz por todos aqueles intérpretes brasileiros que realizam uma leitura da modernidade brasileira como sendo um espaço de recepção de “idéias fora do lugar”. No entanto, esta perspectiva racionalizadora não é a única forma possível de apreender a modernidade, definida por reinterpretções recentes, ou seja, como momento que possibilita a emergência de articulações complexas e formações heterogêneas.

Daí a necessidade de uniformização cultural ter sido colocada pela razão ocidental do século XIX. Seus promotores enxergavam na permanência de tradições pré-modernas um obstáculo ao livre desenvolvimento da civilização, e a entoação do discurso da objetividade científica e da imparcialidade política aparecem como parte de um esforço intelectual de construção de uma sociedade coerente.

Neste sentido, as abordagens que apreendem a adoção de teorias e projetos políticos liberais por intelectuais das sociedades subordinadas como iniciativas descontextualizadas – contestadas por tratarem de idéias adequadas ao ambiente

européu -, falham por não considerarem o carácter prepositivo de tais formulações, e ignorarem as dificuldades de implementação dos novos modelos oferecidas pela própria composição social dos países desenvolvidos, também dominados por tradições e oligarquias resistentes.

Ou seja, quando Pedro de Alcântara se vale da ilustração europeia do século XIX está buscando, como um intelectual de seu tempo, dar conta das contradições modernas, e se esforçando, como um intelectual em seu espaço, para compreender e administrar (ou superar) as heterogeneidades e os arcaísmos locais. Para tanto se empenha na promoção da secularização da cultura, da difusão dos saberes e da ampliação do domínio do conhecimento.

É claro que, os discursos que identificam na ideia de “progresso” – como encadeamento linear e determinado de etapas de desenvolvimento -, a chave para a dissolução das contradições locais, são hoje dignos de desconfiança. Como nos ensina Canclini, as especificidades apresentadas pelas sociedades latino-americanas devem ser apreendidas em sua complexidade formativa, e não classificadas como estágios primários de civilização, ou versões deficientes dos modelos metropolitanos.

No entanto, isso não significa que na interpretação da história intelectual da América Latina podemos simplesmente desconsiderar os paradigmas da cultura ocidental e as construções do pensamento europeu como categorias estranhas a nossa subjetividade, ao contrário, devemos encará-los como parte integrante da nossa formação e apreendê-los criticamente no esforço de compreensão dos mundos colonizados.

As interações entre universos culturais distintos e a coexistência de formas de vida e pensamento diversos no mesmo espaço social caracterizariam, segundo Canclini, a própria natureza do que identifica como **culturas híbridas**. Tal dinâmica funciona por movimentos de apropriações e reelaborações, evidenciando o fato das hegemonias se estabelecerem mais por **negociações** que por **imposições**. Neste contexto, as recriações aparecem como meio recorrente de afirmação de autonomia por parte dos intelectuais periféricos, e o reconhecimento de sua capacidade incorporativa nos serve para identificar o papel ativo das

periferias (culturais e intelectuais) na conformação de sua própria história política, e abordar as articulações aqui realizadas entre as proposições do pensamento moderno e as estruturas arcaicas de poder.

O que está em questão não é tanto a configuração da forma cultural tradicionalmente identificada como uma realidade destoante dos modelos políticos e sociais importados, mas a pretensão de defini-la como universo completamente auto-referenciado, descolado da dinâmica sistêmica que compõe a modernidade. Isso é que para mim soa como “idéias fora do lugar”.

Outra leitura da modernidade, que nos oferece uma abordagem sociológica desse processo que começa a ser desenhado no mundo ocidental desde a desestruturação do mundo medieval, pode ser realizado dentro dos limites teóricos propostos pela **Sociologia do Conhecimento**³⁴, tal qual formulada pelo sociólogo alemão Karl Mannheim. Essa natureza de abordagem nos proferirá, no próximo capítulo, do instrumental necessário para definir o que, conceitualmente, essa dissertação por *intelectual*.

Mannheim define a Sociologia do Conhecimento como uma teoria que busca analisar a relação entre conhecimento e existência por intermédio de um método histórico e sociológico de pesquisa capaz de analisar o surgimento, desenvolvimento e desaparecimento de idéias no interior de cada grupo (inter-relações entre pensamento e ação), e a interação dos diversos grupos sociais no transcorrer da história. A contextualização em Mannheim é a condição primeira para que a possibilidade de realização da apreensão do pensamento de uma dada sociedade possa ocorrer, já que o pensamento só existe, e portanto só pode ser apreendido em sua existência empírica, ou seja, como instrumento da vida pública, coletiva e na interação entre os grupos sociais. Sendo assim, para Mannheim, a possibilidade do estabelecimento de uma episteme, pressupõe a indissociação entre pensamento e contextualização.

No âmago da Sociologia do Conhecimento, se encontra o conceito de *estilo de pensamento*, que se define pela caracterização das mentalidades dominantes em uma época, em dados grupos, e em recortes temporais específicos.

³⁴ MANNHEIM, K., *Sociologia da Cultura*.

O modelo historiográfico proposto pelo autor no texto *O pensamento conservador*, consiste numa análise dos diferentes *estilos de pensamento*. Um *estilo de pensamento* perpassa todas as expressões sociais e individuais de grupos sociais em uma dada época, ou seja, se manifesta na política, na arte, na cultura, na economia ...

Entretanto, segundo Mannheim, em uma mesma circunstância histórica podem coexistir vários *estilos de pensamento*, como aconteceu na Europa após a Revolução Francesa, quando ocorreu uma “polarização do pensamento”. As tendências de polarização do pensamento surgiram em resposta ao processo de secularização e racionalização do mundo que configurou pelo que se entende por Modernidade. Desta forma, a Modernidade pode ser interpretada como um fenômeno de síntese, em que coexistem formas *racionais* (secular, mecânica, abstrata) e *irracionais* (intuitiva, qualitativa e concreta) de pensamento.

É interessante pensar Pedro de Alcântara e a sociedade imperial brasileira, a partir da contraposição entre os *estilos de pensamento tradicionalista e moderno* propostos por Mannheim. Em consonância com esses conceitos, poderíamos identificar Pedro de Alcântara no limiar dessas duas esferas de transformações, sendo que o intelectual se identificaria com o *estilo de pensamento liberal* e a sociedade estabelecida dentro da esfera do *estilo tradicional*. Entretanto, essa questão fica como um gancho para o desenvolvimento de um trabalho posterior.

No tecer deste conjunto de reflexões, o próprio Pedro de Alcântara em uma anotação contida no diário referente à sua primeira viagem ao Egito, irá intuitivamente sintetizar o lugar que cada uma das tradições culturais que o formaram, reservam em sua vida.

Do alto desse pilono adorei a Deus, criador de tudo quanto é belo, voltando-me para as minhas duas pátrias, o Brasil e a França, esta pátria de minha inteligência a outra de meu coração. (Diário da primeira viagem ao Egito - 18-12-76).